



***Coordenadoria de Tarifas e Estudos
Econômicos Financeiros - CT***

PARECER TÉCNICO CT Nº 03/2010

REFERÊNCIA: Processo ARPE DP nº 014/10, de 13/05/2010.

INTERESSADO: VIA PARQUE S/A – CONCESSIONÁRIA DA PONTE DE ACESSO E SISTEMA VIÁRIO DO DESTINO DE TURISMO E LAZER PRAIA DO PAIVA.

ASSUNTO: ANÁLISE DOS VALORES DAS TARIFAS DE PEDÁGIO APRESENTADAS PELA EMPRESA VIA PARQUE S/A.

Recife, 18 de maio de 2010.

1. DA SOLICITAÇÃO

O Comitê Gestor do Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas – CGPE encaminhou a esta Agência de Regulação, o Ofício CGPE nº 038/2010, datado de 12/05/2010, que constituiu o **Processo ARPE DP 014/10, de 13/05/2010**, comunicando o início da operação do

Complexo Viário Praia do Paiva no dia 31/05/2010 e solicitando manifestação da ARPE quanto aos valores das tarifas de pedágio a serem praticadas pela VIA PARQUE S/A.

A referida Concessionária, por sua vez, encaminhou à CGPE a Carta DIPRE 09/2010, de 06/05/2010, com o DOC.1 DIPRE11, contendo os novos valores básicos para as tarifas de pedágio, de **R\$ 3,70 (três reais e setenta centavos)** para os dias úteis e de **R\$ 5,50 (cinco reais e cinquenta centavos)** para os finais de semana, ajustados de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IPCA/IBGE) do **período de dezembro de 2005 a abril de 2010**, no total de **22,06% (vinte e dois inteiros e seis centésimos por cento)**.

2. LEGISLAÇÃO E OUTROS NORMATIVOS APLICÁVEIS

- **Lei Federal nº 11.079, de 30/12/2004 - Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.**

“Art. 2º Parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa.

§ 1º Concessão patrocinada é a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei no 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.”

- **Lei Estadual nº 12.765, de 27/01/2005, alterada pelas Leis Estaduais nº 12.976, de 28/12/2005, e nº 13.282, de 23/08/2007 - Dispõe sobre o Programa Estadual de Parceria Público-Privada.**

“Art. 13 As cláusulas dos contratos de Parceria Público-Privada atenderão ao disposto no art. 23 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, no que couber, devendo também prever:

§ 1º Os contratos de Parceria Público-Privada deverão prever que, no caso de seu objeto reportar-se a setores regulados, as regras de desempenho das atividades e serviços deverão

ficar submetidas àquelas determinadas pela agência reguladora competente, sempre que existente.

.....

Art. 16 A remuneração do contratado, observada a natureza jurídica do instituto escolhido para viabilizar a parceria, poderá ser feita mediante a utilização combinada das seguintes alternativas:

I - tarifa cobrada dos usuários;

II – contraprestação da Administração Pública, que poderá ser feita por:

.....

§ 7º Compete às Secretarias, e à Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Pernambuco – ARPE, nas suas respectivas áreas de competência, o acompanhamento da execução e a fiscalização dos contratos de Parcerias Público-Privadas, bem como a avaliação dos resultados acordados.

.....

Art. 19. Fica criado o Comitê Gestor do Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas – CGPE, vinculado ao Gabinete do Governador, Integrado pelos seguintes membros permanentes:

.....

§ 7º. Compete ao Comitê Gestor:

.....

V – fiscalizar e promover o acompanhamento da execução dos projetos de Parceria Público-Privada, sem prejuízo das competências correlatas das Secretarias de Estado e da Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Pernambuco – ARPE;

.....

§ 9º. As Secretarias, as Entidades da Administração Indireta e a ARPE, nas suas respectivas áreas de competência, encaminharão ao Comitê Gestor, com periodicidade semestral, relatórios circunstanciados da execução dos contratos de Parceria Público-Privada, na forma definida em regulamento."

- **Lei Estadual nº 12.524, de 30/12/2003, altera e consolida as disposições da Lei nº 12.126, de 12/12/2001, que criou a Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Pernambuco – ARPE.**

"Art. 3º Compete à ARPE a regulação de todos os serviços públicos delegados pelo Estado de Pernambuco, ou por ele diretamente prestados, embora sujeitos à delegação, quer de sua competência ou a ele delegados por outros entes federados, em decorrência de norma legal ou regulamentar, disposição convenial ou contratual.

.....

Art. 4º Compete ainda à ARPE:

I - fixar, reajustar, revisar, homologar ou encaminhar ao ente delegado, tarifas, seus valores e estruturas "

- **Contrato de Concessão Patrocinada CGPE-001/2006, firmado entre a VIA PARQUE S/A e o Estado de Pernambuco, datado de 28/12/2006, em especial as Cláusulas 27 - Equilíbrio Econômico-Financeiro, 37 - Cobrança de Pedágio e 38 - Reajuste da Tarifa Básica de Pedágio, além do Anexo VI - Estrutura Tarifária.**

3. DA ANÁLISE DA COORDENADORIA DE TARIFAS

De acordo com a Cláusula 37 - Cobrança de Pedágio, do Contrato de Concessão, a VIA PARQUE S/A tem o direito de cobrar a **tarifa de pedágio** na rodovia, desde que observadas a **equidade** e a **modicidade**.

Para a análise da solicitação da Concessionária esta Coordenadoria, em primeiro lugar, verificou no referido Contrato as condições estipuladas e os procedimentos a serem adotados para o reajuste das tarifas de pedágio.

Posteriormente, foi realizada a verificação e acumulação dos índices aplicáveis e, finalmente, o cálculo das tarifas reajustadas para os dias úteis e finais de semana, a serem cobradas de cada categoria de veículo.

3.1. DAS TARIFAS BÁSICAS DE PEDÁGIO

As **tarifas básicas de pedágio** são as que foram estipuladas no Anexo VI do Edital (Estrutura Tarifária), e devem ser referência de cálculo para os valores das tarifas a serem cobradas de cada veículo em cada praça de pedágio:

- **R\$ 3,00 (três reais)** no período compreendido entre a zero hora de segunda-feira e vinte e quatro horas de sexta-feira; e,
- **R\$ 4,50 (quatro reais e cinquenta centavos)** no período compreendido entre a zero hora e um minuto do sábado e vinte e três horas e cinquenta e nove minutos do domingo.

As **tarifas de pedágio** devem ser **diferenciadas por categoria de veículos**, em função dos desgastes físicos e dos custos de manutenção que acarretam à rodovia.

Dessa forma as tarifas de pedágio que serão cobradas de cada veículo são os resultados dos produtos da tarifa básica pelo fator multiplicador correspondente a cada categoria, conforme estabelecido no Quadro 1, a seguir, que contém a classificação dos veículos, combinando tipo, número de eixos e característica da rodagem.

Quadro 1 - Classificação dos Veículos

Categoria	Tipo de veículo	Nº de eixos	Rodagem	Multiplicador da tarifa
1	automóvel, caminhoneta, furgão	2	simples	1
2	caminhão leve, ônibus, caminhão e furgão	2	dupla	2
3	caminhão, caminhão c/ semi reboque e ônibus	3	dupla	3
4	caminhão c/ reboque, caminhão c/ semi reboque	4	dupla	4
5	caminhão c/ reboque, caminhão c/ semi reboque	5	dupla	5
6	caminhão c/ reboque, caminhão c/ semi reboque	6	dupla	6
7	automóvel ou caminhonete c/ semi reboque	3	simples	1,5
8	automóvel ou caminhonete c/ reboque	4	simples	2
9	motocicleta, motoneta e bicicleta a motor	2	simples	0,5

3.2. DO REAJUSTE DAS TARIFAS BÁSICAS DE PEDÁGIO

O reajuste das tarifas básicas de pedágio, previsto no Contrato de Concessão (Subitem 38.1), com periodicidade anual, tem por finalidade recuperar as perdas decorrentes da inflação, medida pelo IPCA/IBGE, de acordo com a seguinte fórmula:

$$TBR = TB \times (IPCA_i - IPCA_0) / IPCA_0$$

Onde:

TBR - é o valor da **tarifa básica de pedágio reajustada**;

TB - é o valor da **tarifa básica de pedágio** tendo como data base o mês de dezembro de 2005;

IPCA₀ - é o índice relativo ao **mês anterior ao da data base**, ou seja, novembro de 2005;

IPCA_i - é o índice **relativo ao mês anterior ao da data de reajuste**.

As **tarifas de pedágio** serão arredondadas mediante a aplicação dos seguintes critérios (Subitem 3.1.2 do Anexo VI do Contrato de Concessão):

- a) quando o algarismo na casa dos centavos for menor que 5 (cinco), substitui-se por 0 (zero);
- b) quando o algarismo na casa dos centavos for igual ou superior a 5 (cinco), substitui-se por 0 (zero) e aumenta-se de 1 (um) o algarismo da casa das dezenas de centavos.

A VIA PARQUE S/A, a seu critério, **poderá conceder isenções e descontos tarifários**, bem como realizar **promoções tarifárias de caráter sazonal**, sem que isso possa gerar qualquer direito à solicitação de compensação nos valores das tarifas ou de re-equilíbrio do Contrato (Subitem 40.5 do Contrato de Concessão).

Além do reajuste, o Contrato prevê a **revisão da tarifa básica de pedágio** para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da Concessionária e a retribuição dos usuários dos serviços, com a finalidade de **assegurar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato** (Subitem 38.3).

É importante salientar, ainda, que (Subitem 37.5 do Contrato de Concessão) quaisquer alterações nas tarifas de pedágio aplicadas em cada momento deverão ser informadas aos usuários com **antecedência mínima de 15 (quinze) dias**.

3.3. DO CÁLCULO DO REAJUSTE DAS TARIFAS DE PEDÁGIO

A proposta apresentada pela VIA PARQUE S/A, da maneira em que foi formulada, careceu de ajuste no que se refere aos meses de dezembro de 2005, que não foi considerado, e de abril de 2010, cujo valor definitivo do IPCA divulgado pelo IBGE foi de 0,57% (v. Anexo A).

O cálculo do reajuste realizado utilizando-se como referência a aplicação da fórmula indicada no Contrato (cláusula 38 e Anexo VI) resulta no reajuste percentual de **22,61% (vinte e dois inteiros e sessenta e um centésimos por cento)** conforme Anexo B.

3.4. DA CONTRAPRESTAÇÃO ADICIONAL À TARIFA

Além da cobrança da tarifa de pedágio, a VIA PARQUE S/A fará jus ao recebimento da **Contraprestação Adicional à Tarifa - CAT**, proporcionalmente ao seu desempenho, conforme indicado pela nota do Quadro de Indicadores de Desempenho – QID (Anexo III do Contrato).

A **Contraprestação Adicional à Tarifa - CAT** é o valor a ser pago mensalmente pelo Concedente à Concessionária, devendo assegurar a receita necessária para fazer face (Subitem 33.1.2 do Contrato) :

- a) aos custos de amortização e juros de financiamentos, relativos às obras de construção da rodovia;
- b) aos tributos devidos pela Concessionária;
- c) ao atendimento das condições operacionais mínimas, das atividades de operação, de manutenção e de conservação da rodovia, conforme indicado no Anexo IV - Programa de Exploração Rodoviária - PER; e
- d) à remuneração do capital investido pelos sócios da Concessionária.

Pelo Contrato (Subitem 33.1.3), o valor da CAT será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{CAT} = [(1 - \text{TIRp}) + (\text{TIRp} \times \text{NQID}/10)] \times \text{CBAT}$$

Onde:

CAT = Contraprestação Adicional à Tarifa;

TIRp = Taxa Interna de Retorno Real do Projeto, conforme proposta econômica apresentada pela Concessionária;

NQID = Nota do QID obtida no mês anterior pela Concessionária;

CBAT - é o valor da Contraprestação Básica Adicional à Tarifa, tendo como data base o mês de dezembro de 2005.

O valor estabelecido no Contrato (Subitem 34.2) para a Contraprestação Básica Adicional à Tarifa – CBAT, será reajustado automaticamente em periodicidade anual de modo a refletir a inflação medida pelo IPCA-IBGE, de acordo com a seguinte fórmula (Subitem 34.3):

$$\text{CBAT}_R = \text{CBAT} \times (\text{IPCA}_i - \text{IPCA}_0) / \text{IPCA}_0$$

Onde:

CBATR - é o valor da Contraprestação Básica Adicional à Tarifa reajustada;

CBAT - é o valor da Contraprestação Básica Adicional à Tarifa, tendo como data base o mês de dezembro de 2005;

IPCA₀ - é o índice relativo ao mês anterior a data base, ou seja, novembro de 2005;

IPCA_i - é o índice relativo ao mês anterior ao da data de reajuste.

O Valor da Contraprestação Básica Adicional à Tarifa proposto pela VIA PARQUE S/A (Subitem 34.2 do Contrato), foi de R\$ 1.730.290,00 (um milhão setecentos e trinta mil duzentos e noventa reais), referentes ao mês de dezembro de 2005.

Embora não integre a solicitação encaminhada pelo Comitê Gestor, a título de colaboração, apresenta-se o cálculo da CBAT, aplicando-se as regras contratuais, que importaria em **R\$ 2.121.508,57 (dois milhões cento e vinte e um mil quinhentos e oito reais e cinquenta e sete centavos)** para a Contraprestação Básica Adicional à Tarifa.

4. CONCLUSÕES

Face o exposto, e considerando que é da competência da ARPE a regulação econômico-financeira do referido Contrato de Concessão, conclui-se pela aplicação do número índice para o reajuste das tarifas básicas de pedágio no percentual de **22,61% (vinte e dois inteiros e sessenta e um centésimos por cento)** que resulta nos seguintes valores:

- a) **R\$ 3,70 (três reais e setenta centavos)** no período compreendido entre a zero hora de segunda-feira e vinte e quatro horas de sexta-feira;
- b) **R\$ 5,50 (cinco reais e cinquenta centavos)** no período compreendido entre a zero hora e um minuto do sábado e vinte e três horas e cinquenta e nove minutos do domingo.

O valor das tarifas de pedágio a serem cobradas por categoria de veículo, **após 15 (quinze) dias contados da data de publicação do Extrato de Decisão da ARPE no Diário Oficial do Estado**, conforme o Subitem 37.5 da Cláusula 37 do Contrato de Concessão, serão os indicados no Quadro 2 a seguir.

Quadro 2 – Tarifas de pedágio por categoria de veículo

Categoria	Tipo de veículo	Valor da Tarifa (R\$)	
		Dia útil	Final de semana
1	automóvel, caminhoneta, furgão	3,70	5,50
2	caminhão leve, ônibus, caminhão e furgão	7,40	11,00
3	caminhão, caminhão c/ semi reboque e ônibus	11,10	16,50
4	caminhão c/ reboque, caminhão c/ semi reboque	14,80	22,00
5	caminhão c/ reboque, caminhão c/ semi reboque	18,50	27,50
6	caminhão c/ reboque, caminhão c/ semi reboque	22,20	33,00
7	automóvel ou caminhonete c/ semi reboque	5,55	8,25
8	automóvel ou caminhonete c/ reboque	7,40	11,00
9	motocicleta, motoneta e bicicleta a motor	1,85	2,75

Por fim sugere-se que, visando reduzir a assimetria de informações entre os envolvidos, solicitar ao Comitê Gestor do Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas o envio dos Relatórios elaborados pelo Verificador Independente, relativos às **notas de desempenho** obtidas pela Concessionária, considerando o disposto na Lei Estadual nº 12.765/2005, art. 19, bem como nas Cláusulas 31 e 32 do Contrato de Concessão.

É o parecer.

Recife, 18 de maio de 2010.

Maria Ângela Albuquerque de Freitas

Coordenadora de Tarifas e Estudos Econômicos e Financeiros

Andréa Campos Barbosa

Técnica Reguladora, matrícula 161-9

ANEXO A

**PROPOSTA DE REAJUSTE DA TARIFA BÁSICA DE PEDÁGIO
ENCAMINHADA PELA VIA PARQUE**

Data	%	Índice	Índice Acumulado	Tarifa dia útil (R\$ 3,00)	Tarifa final de semana (R\$ 4,50)
dez/05		1,0000	1,0000	3,0000	4,5000
jan/06	0,59	1,0059	1,0059	3,0177	4,5266
fev/06	0,41	1,0041	1,0100	3,0301	4,5451
mar/06	0,43	1,0043	1,0144	3,0431	4,5647
abr/06	0,21	1,0021	1,0165	3,0495	4,5742
mai/06	0,1	1,0010	1,0175	3,0525	4,5788
jun/06	-0,21	0,9979	1,0154	3,0461	4,5692
jul/06	0,19	1,0019	1,0173	3,0519	4,5779
ago/06	0,05	1,0005	1,0178	3,0534	4,5802
set/06	0,21	1,0021	1,0200	3,0599	4,5898
out/06	0,33	1,0033	1,0233	3,0700	4,6049
nov/06	0,31	1,0031	1,0265	3,0795	4,6192
dez/06	0,48	1,0048	1,0314	3,0943	4,6414
jan/07	0,44	1,0044	1,0360	3,1079	4,6618
fev/07	0,44	1,0044	1,0405	3,1215	4,6823
mar/07	0,37	1,0037	1,0444	3,1331	4,6996
abr/07	0,25	1,0025	1,0470	3,1409	4,7114
mai/07	0,28	1,0028	1,0499	3,1497	4,7246
jun/07	0,28	1,0028	1,0528	3,1585	4,7378
jul/07	0,24	1,0024	1,0554	3,1661	4,7492
ago/07	0,47	1,0047	1,0603	3,1810	4,7715
set/07	0,18	1,0018	1,0622	3,1867	4,7801
out/07	0,30	1,0030	1,0654	3,1963	4,7944
nov/07	0,38	1,0038	1,0695	3,2084	4,8126
dez/07	0,74	1,0074	1,0774	3,2322	4,8483
jan/08	0,54	1,0054	1,0832	3,2496	4,8744
fev/08	0,49	1,0049	1,0885	3,2656	4,8983
mar/08	0,48	1,0048	1,0937	3,2812	4,9218
abr/08	0,55	1,0055	1,0998	3,2993	4,9489
mai/08	0,79	1,0079	1,1084	3,3253	4,9880
jun/08	0,74	1,0074	1,1166	3,3499	5,0249
jul/08	0,53	1,0053	1,1226	3,3677	5,0515
ago/08	0,28	1,0028	1,1257	3,3771	5,0657
set/08	0,26	1,0026	1,1286	3,3859	5,0789
out/08	0,45	1,0045	1,1337	3,4011	5,1017
nov/08	0,36	1,0036	1,1378	3,4134	5,1201

Data	%	Índice	Índice Acumulado	Tarifa dia útil (R\$ 3,00)	Tarifa final de semana (R\$ 4,50)
dez/08	0,28	1,0028	1,1410	3,4229	5,1344
jan/09	0,48	1,0048	1,1465	3,4394	5,1591
fev/09	0,55	1,0055	1,1528	3,4583	5,1874
mar/09	0,20	1,0020	1,1551	3,4652	5,1978
abr/09	0,48	1,0048	1,1606	3,4818	5,2228
mai/09	0,47	1,0047	1,1661	3,4982	5,2473
jun/09	0,36	1,0036	1,1703	3,5108	5,2662
jul/09	0,24	1,0024	1,1731	3,5192	5,2788
ago/09	0,15	1,0015	1,1748	3,5245	5,2868
set/09	0,24	1,0024	1,1777	3,5330	5,2994
out/09	0,28	1,0028	1,1810	3,5429	5,3143
nov/09	0,41	1,0041	1,1858	3,5574	5,3361
dez/09	0,37	1,0037	1,1902	3,5705	5,3558
jan/10	0,75	1,0075	1,1991	3,5973	5,3960
fev/10	0,78	1,0078	1,2085	3,6254	5,4381
mar/10	0,52	1,0052	1,2147	3,6442	5,4664
abr/10	0,48	1,0048	1,2206	3,6617	5,4926
Tarifa c/ Arredondamento			22,06%	3,70	5,50

ANEXO B

**DEMONSTRATIVO DO REAJUSTE DA TARIFA BÁSICA
DE PEDÁGIO CALCULADO PELA ARPE**

Data	%	Índice	Índice Acumulado	Tarifa dia útil (R\$ 3,00)	Tarifa final de semana (R\$ 4,50)
nov/05	-	1,0000	1,0000	3,0000	4,5000
dez/05	0,36	1,0036	1,0036	3,0108	4,5162
jan/06	0,59	1,0059	1,0095	3,0286	4,5428
fev/06	0,41	1,0041	1,0137	3,0410	4,5615
mar/06	0,43	1,0043	1,0180	3,0541	4,5811
abr/06	0,21	1,0021	1,0202	3,0605	4,5907
mai/06	0,1	1,0010	1,0212	3,0635	4,5953
jun/06	-0,21	0,9979	1,0190	3,0571	4,5856
jul/06	0,19	1,0019	1,0210	3,0629	4,5944
ago/06	0,05	1,0005	1,0215	3,0644	4,5967
set/06	0,21	1,0021	1,0236	3,0709	4,6063
out/06	0,33	1,0033	1,0270	3,0810	4,6215
nov/06	0,31	1,0031	1,0302	3,0906	4,6358
dez/06	0,48	1,0048	1,0351	3,1054	4,6581
jan/07	0,44	1,0044	1,0397	3,1191	4,6786
fev/07	0,44	1,0044	1,0443	3,1328	4,6992
mar/07	0,37	1,0037	1,0481	3,1444	4,7166
abr/07	0,25	1,0025	1,0507	3,1522	4,7283
mai/07	0,28	1,0028	1,0537	3,1611	4,7416
jun/07	0,28	1,0028	1,0566	3,1699	4,7549
jul/07	0,24	1,0024	1,0592	3,1775	4,7663
ago/07	0,47	1,0047	1,0642	3,1925	4,7887
set/07	0,18	1,0018	1,0661	3,1982	4,7973
out/07	0,30	1,0030	1,0693	3,2078	4,8117
nov/07	0,38	1,0038	1,0733	3,2200	4,8300
dez/07	0,74	1,0074	1,0813	3,2438	4,8657
jan/08	0,54	1,0054	1,0871	3,2613	4,8920
fev/08	0,49	1,0049	1,0924	3,2773	4,9160
mar/08	0,48	1,0048	1,0977	3,2930	4,9396
abr/08	0,55	1,0055	1,1037	3,3112	4,9667
mai/08	0,79	1,0079	1,1124	3,3373	5,0060
jun/08	0,74	1,0074	1,1207	3,3620	5,0430
jul/08	0,53	1,0053	1,1266	3,3798	5,0697
ago/08	0,28	1,0028	1,1298	3,3893	5,0839
set/08	0,26	1,0026	1,1327	3,3981	5,0971
out/08	0,45	1,0045	1,1378	3,4134	5,1201

**COORDENADORIA DE TARIFAS E ESTUDOS
ECONÔMICOS FINANCEIROS - CT**

PARECER TÉCNICO CT Nº 03/2010

Data	%	Índice	Índice Acumulado	Tarifa dia útil (R\$ 3,00)	Tarifa final de semana (R\$ 4,50)
nov/08	0,36	1,0036	1,1419	3,4257	5,1385
dez/08	0,28	1,0028	1,1451	3,4353	5,1529
jan/09	0,48	1,0048	1,1506	3,4518	5,1776
fev/09	0,55	1,0055	1,1569	3,4707	5,2061
mar/09	0,20	1,0020	1,1592	3,4777	5,2165
abr/09	0,48	1,0048	1,1648	3,4944	5,2416
mai/09	0,47	1,0047	1,1703	3,5108	5,2662
jun/09	0,36	1,0036	1,1745	3,5234	5,2852
jul/09	0,24	1,0024	1,1773	3,5319	5,2978
ago/09	0,15	1,0015	1,1791	3,5372	5,3058
set/09	0,24	1,0024	1,1819	3,5457	5,3185
out/09	0,28	1,0028	1,1852	3,5556	5,3334
nov/09	0,41	1,0041	1,1901	3,5702	5,3553
dez/09	0,37	1,0037	1,1945	3,5834	5,3751
jan/10	0,75	1,0075	1,2034	3,6103	5,4154
fev/10	0,78	1,0078	1,2128	3,6384	5,4577
mar/10	0,52	1,0052	1,2191	3,6574	5,4860
abr/10	0,57	1,0057	1,2261	3,6782	5,5173
Tarifa c/ Arredondamento			22,61%	3,70	5,50